

*Corpo, desejo e poder:
identidade e
subjetividade
no discurso (homo)
erótico*



CORPO, DESEJO E PODER: IDENTIDADE E SUBJETIVIDADE NO DISCURSO (HOMO)ERÓTICO

RESUMO

Este texto discute como certas formas de manifestação do desejo – que se “imprimem” no corpo do indivíduo – podem estar marcadas lingüisticamente no discurso da (homos)sexualidade e do (homo)erotismo. Parto da concepção de *texto*, proposta por Maingueneau (1984), para observar como a extensão enunciado-corpo/corpo-enunciado é o que pode estar determinando a construção de fantasias sexuais (eróticas) e ditando padrões corporais e comportamentais referentes ao exercício da sexualidade (e do erotismo). Questiono, dessa maneira, até que ponto o estabelecimento desses padrões não se constitui como um novo critério de classificação do homossexual. Trata-se de considerar a busca de identidade do sujeito em relação à sua sexualidade, a partir do reconhecimento da diversidade, muitas vezes abafada pela construção discursiva de uma heterossexualidade (auto)proclamada dominante e normal. Procuro ressaltar a importância de uma abordagem da homossexualidade do ponto de vista da Lingüística (mais precisamente, da Análise do Discurso).

PALAVRAS-CHAVE

Discurso (homos)sexual; Subjetividade; Corpo; Poder

Graziela Zanin Kronka¹

CORPO, DESEJO E PODER:
IDENTIDADE E SUBJETIVIDADE
NO DISCURSO (HOMO) ERÓTICO²

O “CORPO HOMOSSEXUAL” E AS
RELAÇÕES ENTRE DESEJO E PODER

A literatura sobre a homossexualidade (mais precisamente, aquela a respeito do movimento organizado) aponta que o movimento homossexual esteve estruturado, até os anos 1960, em estereótipos e paradigmas que caracterizavam posturas bem definidas e distintivas de ser homossexual. De um lado, a lésbica masculinizada, reconhecida (e auto-reconhecida) como homem. De outro, a “bicha louca”, ou seja, o gay extremamente efeminado, situado na fronteira entre os transformistas, os homens e as mulheres.³ Essa estereotipia ligava-

¹ Doutora em Lingüística pelo Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). <grazielak@yahoo.com.br>

² Este texto é resultado das primeiras reflexões de minha tese de doutorado, cuja pesquisa foi financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

³ Em um estudo sobre questões da homossexualidade masculina no Rio de Janeiro e em São Paulo ao longo do século XX, GREEN discute que a adoção de um comportamento (e de um corpo) afeminado pelos homossexuais dos anos 1930 estava ligada à busca de *uma identidade que correspondia à imagem padrão da mulher na sociedade brasileira*, Cf. GREEN, J. N. *Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. São Paulo: Ed. da UNESP, 2000, p. 171. Tratava-se de *representações femininas tradicionais [...] [que] implicavam uma imitação alegre, exagerada, satírica das qualidades que esses homens efeminados possuíam de fato ou achavam que deviam possuir* (GREEN, 2000, loc. cit.). O autor ainda ressalta que *a imagem do bicha como homossexual desmunhecado, efeminado tornou-se o elemento de contraste que confirmava a masculinidade do macho heterossexual* (GREEN, 2000, p. 146-147) de forma que aqueles homens que mantinham relações sexuais com outros homens, mas não apresentavam um corpo e um comportamento efeminados não eram (auto) considerados homossexuais e eram chamados (e faziam questão de ser reconhecidos como) “homens verdadeiros”.

-se diretamente a uma organização das relações sociais marcada pela oposição centro/margem, a qual relegava os homossexuais (e as demais minorias) à marginalidade.

De acordo com a história das lutas feministas, as conquistas do movimento, por meio do qual as mulheres reivindicaram um lugar no centro, enquanto um corpo e um ser que possui especificidades e direitos, permitiram que as reivindicações desse mesmo direito proliferassem entre outros grupos minoritários (nos quais se incluía o grupo homossexual) e suscitaram uma possível explosão da idéia de centro, a partir do momento em que cada grupo supostamente ocuparia um espaço no seio das relações sociais.

Com essas conquistas e com uma crescente estigmatização da estereotipia tradicional – a “bicha louca” e a “lésbica sapatão” – manifestada pelo próprio movimento, a imagem do corpo homossexual é modificada e uma outra estereotipia dos corpos e dos comportamentos começa a ser traçada na projeção de uma nova imagem desejável e desejada (e exibida) de identidade. Tal fato aponta para um aparente deslocamento, a partir dos anos 1970, segundo o qual a valorização da lésbica masculinizada dá lugar à valorização da lésbica extremamente feminina e, ao mesmo tempo, baseada na imagem da mulher independente e decidida.⁴ Já a imagem da chamada “bicha louca”, que por muito tempo foi o símbolo do reconhecimento da homossexualidade, é substituída pela do gay másculo, o qual se (re)apropriou da tradição patriarcal do homem viril, potente e agressivo.⁵

⁴ SHOWALTER, numa análise comparativa entre a *anarquia sexual* do *fin de siècle* e do final do século XX, mostra como — a partir dos movimentos de liberação feminina - nas décadas de 1960 e 1970, a *ansiedade gerada pelos avanços femininos nos planos econômico e educacional aliada às conseqüências do trabalho remunerado da mulher sobre as tradicionais estruturas conjugais levaram a uma idealização renovada de família, da domesticidade e da maternidade*, Cf. SHOWALTER, E. *Anarquia sexual: sexo e cultura no fin de siècle*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993, p. 16-17, e da própria noção de feminilidade, na qual parece ter se apoiado a representação da mulher lésbica contemporânea a este período.

⁵ De acordo com GREEN, a partir de 1960 começa a surgir *uma nova identidade gay de classe média*, no Brasil, apoiada na convicção de alguns participantes do movimento organizado de que *não era preciso ser efeminado para ser um homossexual* (GREEN, 2000, p. 306). Tal mudança de concepção criou certa estigmatização em relação aos homens gays *obviamente efeminados*.

A instauração dessas diferentes características corpóreas que identificam (ou supostamente camuflam) o indivíduo homossexual (e, conseqüentemente, o indivíduo heterossexual) corresponde, de certa forma, à apropriação de um discurso que se propaga em um corpo que é, ao mesmo tempo, constituído e constituinte do discurso da (homos)sexualidade.

Para pensar essa questão do corpo e sua relação com o discurso da (homos)sexualidade e do (homo)erotismo, centrome na noção de *texto* a partir da concepção de interdiscurso, mais precisamente, a partir da noção de *prática intersemiótica*, proposta por Maingueneau.

De acordo com esta noção, ao modelo do discurso corresponde um *sistema de restrições* que recai sobre organizações de sentido e que não se configura como uma gramática destinada unicamente a engendrar enunciados. Além dos planos textuais, estão sujeitos a esse sistema manifestações de ordem não-lingüística. Segundo o autor,

A prática discursiva não define somente as unidades de um conjunto de enunciados; ela pode também ser considerada como uma prática intersemiótica que integra produções que relevam de outros domínios semióticos (pictórico, musical etc.). Tal extensão é tornada necessária pelo fato de que o sistema de restrições que funda a existência do discurso pode ser igualmente pertinente para esses outros domínios.⁶

Para Maingueneau, são considerados *enunciados* o material propriamente lingüístico, ou seja, os textos verbais. Já o *texto*, para o autor, refere-se a qualquer tipo de manifestação, seja ela verbal (enunciado) ou visual (fotos, figuras, desenhos, ilustrações). Isto significa que o discurso não é só uma prática que envolve enunciados, pois também se manifesta através de mais de um domínio semiótico.

Parto, então, da hipótese de que, assim como as fotos, as obras de arte e as ilustrações, o corpo também compartilha do

⁶ MAINGUENEAU, D. *Genèses du discours*. Tradução Sírio Possenti. Bruxelles: Pierre Mardaga, 1984. p.13. Mimeografado.

espaço das manifestações visuais do discurso e, conseqüentemente, do mesmo espaço interdiscursivo de enunciados verbais. Em outras palavras, trata-se de pensar o corpo enquanto texto do discurso. Ou, ainda, pensar o corpo como lugar em que se inscreve e se escreve um texto e com o qual se escreve um texto marcado pela prática discursiva em que se circunscreve.

É possível pensar o enunciado visto como a construção de um corpo – por meio de recursos lingüísticos que levam à caracterização das personagens (com características ora valorizadas, ora ridicularizadas) – e o corpo visto como a “materialização” das personagens construídas lingüisticamente pelos enunciados verbais. Tais considerações sugerem que a extensão enunciado-corpo/corpo-enunciado é o que pode estar condicionando o texto do discurso do desejo (no que diz respeito a fantasias sexuais e/ou eróticas ligadas a características corporais valorizadas pelo discurso) e poder (no que diz respeito ao lugar do corpo na organização das relações sociais a partir do estabelecimento de padrões corporais e comportamentais que instituem o indivíduo desejável fisicamente como o sujeito legítimo da sexualidade e do erotismo).

Os textos que enunciam características corporais e comportamentais, no que se refere à sexualidade (e à prática sexual), parecem instituir padrões corporais fundados em características físicas valorizadas, a partir de descrições de si e do outro como sujeitos e/ou objetos desejáveis e desejantes. É o que se observa nos enunciados abaixo.⁷

Sobre as características físicas femininas:

(1) BRUNA iniciante. **Loura, bumbum/seios grandes.** Fogosa. (Anúncio publicado na seção Achei Fácil Ofertas Aqui – Acompanhantes/Relax, *Correio Popular*, Campinas, São Paulo, 20 jun. 2001.)

(2) BIANCA bumbum grande. **Empinado, corpo escultural.** Loucura. (Anúncio publicado na seção Achei Fácil Ofertas Aqui – Acompanhantes/Relax, *Correio Popular*, Campinas, São Paulo, 28 jun. 2001.)

⁷ Grifo nosso

(3) PRESENTE dos deuses em **1,72 metro de altura, 59 quilos, 87 centímetros de busto, 69 de cintura, 101 de quadris. Escultura moldada com perfeição** em 25 anos de vida. (Extraído do ensaio Bela Brasilis, *Playboy*, n. 297.)

4) ELA tem **um metro e oitenta, cabelos pretos, olhos azuis** [...] Xena, a princesa-guerreira [personagem de seriado exibido pela televisão] é, atualmente, a heroína televisiva mais amada pelas sapatatas do mundo inteiro. [...] Graças ao forte subtexto lésbico, a série tornou-se, definitivamente, um cult entre as sapatatas [...]. O importante é que *o homoerotismo transborda o tempo inteiro* para fora da telinha, assim como as **pernas lindas e quilométricas** de Lucy Lawless [atriz que interpreta a personagem]. (Extraído do texto: A Preferida das Bolachas, seção Grrrls, *Sui Generis*, n. 42.)

(5) A primeira coisa que *chama a atenção nesta mulher são suas medidas: 1,82m de altura, 98cm de busto, 68cm de cintura, 102cm de quadril e 69 quilos.* [...] **o rosto é um deslumbre** [...] Roberta Close tem **um dos sorrisos mais bonitos** que já vi. Muito se falou e escreveu sobre Roberta Close [...], sempre com o objetivo de *destrinchar o mistério* pelo que, afinal de contas, um homem era considerado *a mulher mais bonita do país* [...]. [...] sua história foi parar na seção Click, da revista *Playboy*. As fotos para a seção causaram boa impressão nos editores, que a convidaram, pela primeira vez na história da revista, a *estrelar uma seção de fotos nua*, a cargo do premiadíssimo J. R. Duran. *Até então, a revista proibia que travestis fossem capa, mas a edição de 200 mil exemplares, que saiu em maio de 1984, esgotou-se completamente nas bancas*", conta. De fato. *O ensaio de Duran com Roberta em modelitos leather instigou os homens.* [...] (extraído do texto E Deus Recriou a Mulher", matéria de capa da *Sui Generis*, n. 11.)

Sobre as características físicas masculinas:

(6) Se você tem acima de 45 anos, faz o **gênero esportista**, gosta de se cuidar, tem **altura acima de 1,75 m, peso compatível**, ótimo nível sócio-econômico,

é seletivo, íntegro, livre, **vaidoso**, alegre, romântico e procura relacionamento estável com uma mulher linda, culta e muito meiga, não deixe de ouvir minha mensagem. (Anúncio publicado na seção Classiline–Mulher Procura Homem, *Revista da Folha*, 1 jul. 2001.)

(7) Casado, 35 anos, procuro **homem** até 30 anos, **másculo não efeminado**, para relacionamento discreto. (Anúncio publicado na sessão Classiline-Procura Homem, *Revista da Folha*, 8 set. 2001.)

(8) Victor [...] era um jovem executivo *pelo qual as mulheres enlouqueciam*. **Branco, alto**, com os **músculos saltando a roupa**. Quando ele passava mulheres e homens grudavam o olhar em sua bunda, que *viraria a cabeça do mais convicto machão*. [...] o **rosto era quadrado e fino, cabelos lisos. O tronco e o peito muito desenvolvidos** na musculação. [...] Naquela manhã [...] Victor perturbava-se com a presença de um dos peões da obra. Era um **morenã, alto**, de camisa regata, que lhe deixava **os músculos dos ombros à mostra, e o abdômen rígido**. A calça *jeans*, muito justa, salientava as **coxas grossas** e o **volume do pau**. Victor assombrou-se [...] com *a visão* daquela **enorme bunda arrebitada e firme**, que *o deixou de pau duro*. (Extraído do texto *Sobe?*, *G Magazine*, n. 11.)

(9) Eu avistei dois garotos totalmente **sarados e suculentos**. Minhas sensações se misturavam, era *desejo, calor e paixão* tudo ao mesmo tempo.[...] Alex era **moreno, alto, corpo atlético**, uma **bunda muito gostosa** e **coxas desejáveis**. Igor era **loiro, estatura média, forte** e lindo". (Extraído do texto *Loucuras na Madrugada*, da seção *Foi Assim*, *G Magazine*, n. 26.)

Os enunciados foram extraídos de textos de gêneros diferentes (anúncio de serviços, ensaio fotográfico, artigo, reportagem, classificados, conto, relato), cujos veículos têm especificidades que, *a priori*, os diferenciam. O jornal *Correio Popular* [(1) e (2)] circula há mais de 70 anos em Campinas, cidade do interior paulista, é vendido em bancas ou por assinatura, e é distribuído também para cidades da região. A *Revista da Folha* [(6) e (7)] é um suplemento do jornal *Folha de S. Paulo*, um dos principais veículos de comunicação do país. Esses jornais

poderiam estar incluídos no que se chama de grande imprensa. Já as revistas *Sui Generis* [(4) e (5)] e *G Magazine* [(8) e (9)] são publicações especializadas⁸ relativamente recentes voltadas para o público homossexual (masculino). A primeira foi lançada em 1995 e sua última edição foi publicada em março de 2000. A segunda é uma publicação da Fractal Edições, tem como ponto forte fotos de nu frontal masculino e se apresenta como não apropriada para menores de 18 anos. A revista *Playboy* (3), há quase trinta anos no mercado, ficaria na fronteira entre grande imprensa e imprensa especializada, pois remete a certa segmentação editorial, por visar explicitamente o público masculino, mas é uma publicação de uma das maiores empresas de comunicação do país – portanto, da grande imprensa: a Editora Abril.

O fato de estes enunciados circularem em veículos diferentes (de alcance variado) indica intuitos também distintos, mas não se pode negar a semelhança das temáticas abordadas. E estas podem estar vinculadas a uma mesma discursividade. As características físicas valorizadas e propagadas como desejáveis, remetem para a construção do corpo físico desejado para si e desejável para os outros, e vice-versa. E parece que os corpos físicos idealizados e desejados são o da mulher extremamente feminina e sensual [o que significa ter estatura de mediana para alta, seios e bumbuns grandes, pernas torneadas, de acordo com os enunciados de (1) a (5)] – e o do homem másculo e viril [que possui características como alta estatura, músculos bem desenvolvidos e cultivados, coxas, bumbuns e genitais de grandes proporções, como sugerem os enunciados de (6) a (9)].

Além da determinação de estereotípias corporais desejadas e desejáveis, a valorização das características físicas

⁸ Considero publicações especializadas aquelas que se diferenciam das publicações da grande imprensa por especificidades que transitam entre a determinação de um público-alvo específico e a cobertura de assuntos específicos a um grupo. Assim como as discussões propostas pelas chamadas revistas femininas partem de questões relacionadas ao gênero, e as discussões propostas por revistas dirigidas aos negros partem da ótica étnica/racial, a imprensa especializada homossexual tem na orientação sexual seu elemento diferenciador, Cf. KRONKA, G. Z. *A homossexualidade nas bancas de jornal: a enunciação do “assumir-se” homossexual na imprensa especializada*. 2000. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas.

relaciona-se à estimulação e à viabilidade de fantasias. Ter (ou desejar alguém que tem) um corpo compatível com as características físicas enunciadas acima significa a possibilidade de: ter relacionamentos (e/ou relações) fogosos (1) e loucos (2) (ou seja, não-convencionais); estar próximo da perfeição (3) (que só uma obra de arte, oferecida pelos deuses, poderia atingir); fazer transbordar o homoerotismo (4); suscitar mistério acerca da sexualidade, realizar ensaios fotográficos inéditos (e supostamente “proibidos”), esgotar revistas nas bancas, instigar o desejo masculino (5); encontrar uma mulher linda, culta e meiga (6); fazer homens e mulheres enlouquecerem (8); provocar excitação (8); estimular desejo, calor e paixão (9). Mais do que construir um corpo físico que atende a padrões estabelecidos, possuir certas características físicas é ser capaz de suscitar e realizar fantasias e emoções, que, por sua vez, levam a “produzir” corpos, de si e do outro, muito bem definidos.

Tais determinações e definições que envolvem a relação entre corpos e fantasias levam-me à suspeita de que o lugar do corpo (e da identidade do sujeito) nas organizações das relações sociais não acompanhou as mudanças de estereótipias (e paradigmas) corporais e comportamentais no que diz respeito ao movimento homossexual. Essa outra estereótipia, estabelecida a partir dos anos 1970, e verificada nos enunciados, remete à idéia de que as fronteiras entre homossexualidade e heterossexualidade são, aparentemente, mais tênues, e as marcas corporais e comportamentais mais fluidas. Na verdade, porém, o que ocorre é quase uma troca de um modelo por outro. São outras estereótipias corporais e comportamentais de identificação, mas que ocupam o mesmo lugar na estigmatização, o mesmo lugar na organização das relações sociais (ainda marcada pela oposição centro/margem) o que parece indicar o estabelecimento de uma nova rotulação e estigmatização do (corpo) homossexual.

Acredito, então, que dizer que o corpo é uma forma de inscrição do texto (e efeito do mesmo)⁹, não é apenas uma

⁹ Quando digo que *o corpo é uma forma de inscrição do texto* quero dizer é que o corpo toma a forma do texto que as práticas discursivas nele inscrevem. Não quero sugerir que o texto tem existência independente e que, assim, ele se inscreve em diferentes “portadores” (dentre os quais o corpo.).

metáfora. Mais do que isso é apontar para uma posição enunciativa numa prática discursiva. A esse propósito, Maingueneau lembra que *um dos clichês mais velhos da retórica é aquele que consiste em assimilar o texto a um corpo*.¹⁰ O que significa que *um discurso deve ser constituído como um ser vivo, como um corpo que lhe seja próprio, uma cabeça e pés, um meio e extremidades, todas as partes bem proporcionais entre si e com o conjunto*.¹¹ Trata-se do que o autor chama de *incorporação* do discurso.

Incorporar um discurso significa, ao mesmo tempo, dar corpo textual ao discurso, assimilar o discurso e pertencer a um determinado grupo discursivo. Para Maingueneau, *as propriedades 'carnais' da enunciação são tomadas do mesmo material que o mundo que ela representa*.¹²

Dessa maneira, falar de *texto como corpo* e de *corpo como texto* significa considerar, ao mesmo tempo, o *discurso do corpo*, como a determinação de uma discursividade que indica características corporais e comportamentais (inter-relacionadas) valorizadas (e desvalorizadas) para determinado grupo em determinada época, e o *corpo como discurso*, sendo o corpo não somente um suporte ou ilustração da discursividade, mas sim um elemento constitutivo e constituinte do discurso.

Proponho, assim, suscitar a discussão da aceitabilidade dos corpos enquanto um aspecto definido pelas relações entre desejo e poder.

A aceitabilidade — considerada aqui em relação à adequação entre o corpo construído como desejável àquele que o porta (e àquele que o deseja) e o lugar que lhe é destinado no seio das organizações das relações sociais — parece oscilar entre a manifestação da capacidade de suscitar e realizar fantasias e a manifestação de reações violentas.

O travesti, por exemplo, pode ser considerado um texto aceitável quando contribui para a diversão (ao animar e colorir as paradas homossexuais e os desfiles de carnaval, por exemplo) ou quando é consumidor (e mesmo objeto do consumo, por exemplo, no mercado do sexo ou nos ensaios fotográficos

¹⁰ MAINGUENEAU, D. *O contexto da obra literária*. São Paulo: Martins Fontes, 1995. p.151.

¹¹ PLATÃO. *Phèdre*, 264-c. Tradução de E. Chambry. Paris: Garnier-Flammarion, 1964 apud MAINGUENEAU, loc. cit.

¹² MAINGUENEAU, 1995, p. 143

veiculados em publicações voltadas para o público masculino). Não é aceitável, porém, quando se mostra sujeito de sua própria sexualidade na vivência cotidiana. O gay é aceitável quando é másculo (e masculinizado) e se porta de maneira discreta, mas não é aceitável quando, mesmo másculo, manifesta publicamente afeto a um parceiro do mesmo sexo.¹³

Não foi por acaso que a polícia militar deslocou 200 policiais para garantir a segurança da 5ª Parada do Orgulho Gay de São Paulo, em 18 de junho de 2001. Nesse mesmo dia, acontecia na cidade uma partida de futebol decisiva para o tradicional time paulistano Corinthians. Temia-se que, com a vitória do time, os torcedores ocupassem a Avenida Paulista [local de concentração da Parada] e se confrontassem com os participantes da passeata, por exemplo, para reivindicar a exclusividade da avenida para a comemoração do título [já que a Paulista é um local tradicional para manifestações deste tipo] ou mesmo para manifestar alguma espécie de homofobia. Também não é por acaso que o Grupo Gay da Bahia realiza, desde 1980, levantamentos anuais de casos que configuram crime de ódio¹⁴ contra homossexuais. Não é por

¹³ Um exemplo do que penso como questão de condições de aceitabilidade pode ser ilustrado com alguns trechos de uma reportagem, publicada no jornal *Correio Popular*, sobre um evento realizado num parque de diversões durante a comemoração do Orgulho Gay de 2001. Se por um lado, *para a empresária Maria Fernanda Scheneider, mãe de um casal de gêmeos, a presença dos gays no parque era até um atrativo extra, uma vez que eles são divertidíssimos e animam o ambiente*, por outro, incomodou o empresário Roberval Nunes o fato de casais gays trocarem beijos e abraços em público: *Acho um tremendo mau gosto, se soubesse não teria vindo*, retrucou o comerciante. Cf. VILLA, M. Público 'hetero' se surpreende com Gay Day. *Correio Popular*, 17 jun. 2001, p.7. Pode-se citar, também, o assassinato do adestrador de cães, Edson Néri, que, em 2000, foi, brutalmente violentado por um grupo de neonazistas porque passeava abraçado a seu companheiro (que também foi agredido, mas conseguiu fugir) em uma praça da cidade de São Paulo.

¹⁴ Crime de ódio corresponde a *atos ilícitos ou tentativas de tais atos que incluem insultos, danos morais e materiais, agressão física, às vezes chegando ao assassinato, praticados em razão da raça, sexo, religião, orientação sexual ou etnia da vítima*, Cf. MOTT, L. R. de B.; CERQUEIRA, M.; ALMEIDA, C. *O crime anti-homossexual no Brasil*. Salvador: Grupo Gay da Bahia, 2002. p. 58. Trata-se de *ataques violentos contra pessoas, propriedades ou organizações motivados pelo fato de pertencerem ou serem identificados por pertencerem a [certos] grupos*, Cf. MOTT; CERQUEIRA; ALMEIDA, loc. cit., p. 60).

acaso, enfim, que uma das reivindicações atuais do movimento homossexual organizado são os serviços disque-denúncia, com o intuito de assegurar a proteção contra a violência, dados os números de espancamentos e assassinatos de homossexuais.¹⁵

Tais considerações remetem à idéia segundo a qual:

*Repressiva e dissimulada, a sociedade [...] que celebra Momo é a mesma que, ambivalente com a indefinição de limites, reage violentamente quando, por alguma razão, os limites tornam-se claros. Isso, sobretudo, quando, no caso da homossexualidade não-estereotipada, os signos obrigam ao reconhecimento de uma existência diversa daquela que se ajusta docilmente aos valores e comportamentos fixados como ideais e desejáveis pela doxa.*¹⁶

Dessa forma, segundo Franco Junior¹⁷, há uma *ordem repressiva mascarada*, de acordo com a qual se torna crime expressar publicamente e sem culpa, vergonha e medo o seu desejo.

As relações interdiscursivas (fundadas, por sua vez, nas relações intradiscursivas) vão determinar as condições em que se deve estabelecer e considerar os elementos manifestáveis e os não manifestáveis do discurso, no que se refere às relações entre poder e desejo no discurso das (personagens das) fantasias sexuais. Afinal, a prática discursiva é controlada, ou seja, não é qualquer um que pode dizer qualquer coisa em qualquer circunstância e em qualquer lugar.¹⁸ Tais restrições a que o discurso

¹⁵ Em Campinas, São Paulo, o movimento homossexual recebeu, em abril de 2002, a aprovação de uma verba de R\$200 mil, das contas do Orçamento Participativo da Prefeitura Municipal, para instaurar o serviço de Disque-Denúncia para agressões aos homossexuais. Em Brasília, Distrito Federal, o serviço existe há quase dois anos.

¹⁶ FRANCO JUNIOR, A. Intolerância tropical: homossexualidade e violência em *Terça-feira Gorda*, de Caio Fernando Abreu. *Revista Expressão*. S. 1., Universidade Federal de Santa Maria, maio 2000, p. 2.

¹⁷ Id.

¹⁸ Cf. FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

está submetido podem explicar a relação entre poder e desejo apontada no início deste trabalho como determinante na definição da direção que determina a posição discursiva da atividade enunciativa.

De acordo com Foucault,

Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder. [...] o discurso não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é também aquilo que é objeto do desejo; e visto que [...] o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar.¹⁹

No entanto, dizer que a prática é controlada não significa dizer que é proibida. Ao contrário, é até estimulada, mas está submetida a restrições.²⁰ O próprio Foucault realiza um deslocamento da hipótese repressiva, fundada no mecanismo de interdição, para a hipótese de um controle sobre a sexualidade, fundada na tentativa de produção de discursos verdadeiros – e legitimados – sobre o sexo.

Na verdade, o discurso não é apenas um instrumento para manifestar a relação entre poder e desejo; é, ele próprio – e, conseqüentemente, a linguagem – objeto de desejo e poder.²¹ O que significa que, ao lado de um discurso que define a legitimidade da enunciação da homossexualidade a partir de

¹⁹ FOUCAULT, 1971, p. 10

²⁰ Cf. FOUCAULT, M. *História da sexualidade 1: a vontade de saber*. 12. ed., Rio de Janeiro: Graal, 1997.

²¹ Segundo MACHADO, para Foucault, *o poder possui uma eficácia produtiva, uma riqueza estratégica, uma positividade. E é justamente esse aspecto que explica o fato de que tem como alvo o corpo humano, não para supliciá-lo, mutilá-lo, mas para aprimorá-lo, adestrá-lo. Assim, não se explica inteiramente o poder quando se procura caracterizá-lo por sua função repressiva. O que lhe interessa basicamente não é expulsar os homens da vida social, impedir o exercício de suas atividades, e sim gerir a vida dos homens, controlá-los [...] Cf. FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1995, p. XVI*

características físicas, há um corpo que “denuncia” tal discursividade.

É à luz dessas discussões que se pode pensar a manifestação da fantasia, em uma direção, e da violência, em outra, como respostas possíveis do diálogo entre desejo e poder, tal como definidos anteriormente. Tem-se a fantasia de viver emoções com e a partir de um corpo que é uma discursividade. Do mesmo modo, a violência contra um corpo homossexual não é somente a violência contra um corpo empírico, mas contra o discurso da homossexualidade e do homoerotismo. São esses discursos que a homofobia quer agredir. São esses enunciados que ela quer calar. É um corpo discursivo o que o crime de ódio quer matar...

IDENTIDADE E SUBJETIVIDADE E A CONSTRUÇÃO DO CORPO HOMOSSEXUAL

Pensar o discurso da homossexualidade a partir das relações entre desejo e poder é, a meu ver, uma possibilidade de repensar os próprios fundamentos dos estudos da linguagem no âmbito das Ciências Humanas.

No século XX, as Ciências Humanas buscavam se justificar a partir da matematização e do empirismo, reivindicando o estatuto do científico das outras “ciências”. Os próprios estudos sobre a linguagem seguiram este caminho. A Linguística abandonou a relação com a Literatura para se filiar à Matemática. A cientificidade, porém, é discursivamente construída, assim como o são as categorias como consistência, lógica, analogia.

De acordo com Birulés²², as Ciências Humanas precisam rever seus fundamentos, voltar às perguntas que inquietam e, assim, repensar a própria questão da metodologia das pesquisas nessa área. Para isso, é imprescindível, pensar na questão do sujeito e da subjetividade. A autora aponta que:

²² BIRULÉS, F. Del sujeto a la subjetividad. In: CRUZ, M. (Org.). *Tiempo de subjetividad*. Barcelona: Paidós, 1996.

Lo cierto es que hemos perdido las respuestas en las que generalmente nos habíamos apoyado y posiblemente las hayamos perdido al tiempo que parecemos haber olvidado que originariamente se trataba de respuestas a preguntas. Lo cual nos permite señalar la tarea que ha de ocupar a un pensamiento que asuma que es tiempo de subjetividad y que no se limite, con el fin de perpetuarse a sí mismo, a una mera restauración del viejo concepto de sujeto moderno: retornar a las preguntas, retornar a la interrogación.²³

Sua proposta parte da leitura de Hannah Arendt: recuperar as perguntas perdidas; perguntar de novo o que não mais nos perguntamos (*O que é o homem? De quem somos contemporâneos? O que é a contemporaneidade?*), e não ficar nas respostas que já mostraram que não há saída. Considerar a subjetividade é, para ela, *atender às diferenças*, o que implica em:

Reconocer la fragmentación, lo inaprehensible, la contingencia de la subjetividad contemporánea, pero ello no es idéntico a apostar por la permanente ambigüedad o por un discurso 'blando', en el que se pretenda hospedar a la alteridad a través de construir un museo imaginario de diferencias, donde todos los objetos serían indiferentemente diferentes, donde las diferencias serían importantes y por ello mismo superfluas.²⁴

A necessidade de recuperar a subjetividade está relacionada ao fato de que no mundo moderno configurado pela globalização, o sujeito se encontra atomizado, desfamiliarizado, vazio de suas raízes. Trata-se de uma crise do sujeito que, para Birulés, é a crise do próprio mundo:

El decaimiento de la subjetividad no sólo indica la crisis de este sujeto moderno, sino también la pérdida

²³ Ibid., p. 227

²⁴ Ibid., p. 230

*del mundo [...] Se diría que, gracias a las nuevas tecnologías de la información, la comunicación y la automática, los marcos de nuestra vida ordinaria se transforman, nuestra experiencia cotidiana puede aumentar en intensidad y en contactos no directos con otra gente, pero la importancia o sentido últimos de esta experiencia se manifiesta irrelevante. Sin embargo, conjuntamente a esta pérdida de experiencia se da una creciente deshomogeneización y una complejización cultural y social.*²⁵

Nessa tentativa de homogeneização, propagada como a possibilidade de igualdade entre os cidadãos do mundo, a alteridade é deixada de lado e, com isso, sufocam-se as diferenças constitutivas da identidade do sujeito. O que se tem é um efeito de homogeneização, propagado como evidência de igualdade entre os homens. Isso remete ao que Placer chamou de *fetichismo das identidades e das diferenças*:

*Essas ambiciosas empresas de nossa Consciência Humanitária, essa pretensão tão atual, tão nossa e tão ocidental de encarnar o Humano — com letra maiúscula — de saber significar de forma universal e definitiva seus limites, só se pode conseguir mediante uma plural e sistemática depredação e recusa do Outro que se sustenta [...] na permanente exterminação de qualquer sinal de singularidade.*²⁶

Como se a identidade e a diferença tivessem valor por si mesmas. Esquece-se do processo (que envolve a relação com o outro e, portanto, o reconhecimento de suas singularidades) de produção desses conceitos.

A homogeneização e a fetichização das identidades estabelecem padrões de normalidade que sufocam qualquer possibilidade de manifestação da diferença. Assim, aquilo que o

²⁵ Ibid., p. 225

²⁶ PLACER, F. G. O outro hoje: uma ausência permanentemente presente. In: LARROSA, J.; SKLIAR, C. *Habitantes de Babel*: políticas e poéticas da diferença. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

outro tem de diferente em relação ao estabelecido como normal, chama-se desvio, deficiência, e a esse outro “desviante” atribui-se uma identidade “especial”. Para Ferre, o empenho constante em se produzir identidades especiais, em fazê-las existir, é explicado pela *necessidade de identidade normal que cada um de nós tem*²⁷. A autora mostra que:

*A diferença, o desvio, a inclinação até o não idêntico, que conforma a intimidade de cada um, nos afasta da identidade que os outros nos dão [...]. Não obstante, a educação impõe, a si mesma, o dever de fazer de cada um de nós alguém; alguém com uma identidade bem definida pelos cânones da normalidade, os cânones que marcam aquilo que deve ser habitual, repetido, reto, em cada um de nós.*²⁸

Tudo o que foge da “canonização” da normalidade surge como perturbação, como ameaça à própria identidade do sujeito dito normal. Para Ferre, isso acontece porque *nada há de tão perturbador como aquilo que a cada um lembra seus próprios defeitos, suas próprias limitações, suas próprias mortes*.²⁹ Para afastar a perturbação, a limitação e a proximidade do anormal ameaçador, o sujeito normal classifica-o a partir de sua própria normalidade e, assim, abafa suas especificidades, porque não há lugar para elas na lei dos iguais. Com isso, produz-se, para aquele que é apenas diferente, a desigualdade e, conseqüentemente, a anormalidade.

Ignora-se a distinção entre diferença e desigualdade. Ignoram-se, assim, as condições de emergência da subjetividade (e do cultivo da própria humanidade). Como Bárcena:

Para el cultivo de nuestra humanidad no basta con el cuidado de sí mismo [...] sino la atención y el cuidado del otro, cuya comprensión reclama, al instante, ser

²⁷ FERRE, N. P. de L. Identidade, diferença e diversidade: manter viva a pergunta. In: LARROSA, J.; SKLIAR, C. *Habitantes de Babel: políticas e poéticas da diferença*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p. 202.

²⁸ *Ibid.*, p. 196

²⁹ *Ibid.*, p. 198

*capaz de mirarle con ojos humanos y de hablarle con un lenguaje y con un discurso que él entienda como humano.*³⁰

Esse cuidado com o outro como forma de preservar nossa própria identidade requer o respeito à diferença:

*Respetar la diferencia no puede ya significar 'dejar que el otro sea como yo soy' o 'dejar que el otro sea diferente de mí como yo soy diferente (del otro) sino dejar al otro que sea como 'yo no soy', dejar ser a eso otro que 'no puede ser yo', que yo no puedo ser, que no puede ser un (otro) yo; dejar que el otro sea diferente, dejar ser una diferencia que no es en absoluto diferencia entre dos identidades sino diferencia de la identidad, dejar ser una otredad que no es otra 'respecto de mí' o 'respecto de lo mismo' sino que es absolutamente diferente, sin relación alguna con la identidad o la mimidad.*³¹

A respeito dessa relação com o Outro, Placer levanta alguns questionamentos:

*Mas existe, então, alguma probabilidade de encontrar o Outro, alguma possibilidade de oferecermos a esse ser-outro do Outro, sem devorá-lo imediatamente, sem reconstruí-lo e petrificá-lo com nossos benditos critérios humanitários e nossa santíssima vontade libertadora? Desejaremos algum dia suspender nossos princípios de identificação, de visão, de hierarquização e classificação? Poderemos? Saberemos?*³²

³⁰ BÁRCENA, F. *La esfinge muda: el aprendizaje del dolor después de Auschwitz*. Barcelona: Antrophos; Guadalupe: Universidad Autónoma de Nuevo León, 2001. p. 96.

³¹ PARDO, J. L. El sujeto inevitable. In: CRUZ, M. (Org.). *Tiempo de subjetividad*. Barcelona: Paidós, 1996. p. 153.

³² PLACER, 2001. In: LARROSA, J.; SKLIAR, C. *Habitantes de Babel: políticas e poéticas da diferença*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p. 88-89.

aos quais ele mesmo responde:

Talvez, para responder ao Outro seja necessário repensar-se e desentender-se de si mesmo, se tenha de distanciar-se de nossos deuses, de 'nossa' Consciência Humanitária (de nossos símbolos e de nossos significados), se tenha de deixar de continuar sendo da maneira como somos, se tenha de deixar de continuar nomeando e olhando como o fazemos. Talvez, para sentir o Outro se tenha de contribuir a desgastar este nosso mundo, permitindo que se abram lugares de silêncios inesgotáveis e de palavras [...] reveladoras.³³

Trata-se da necessidade de silenciar nossos significados para que outros significados possam emergir. Abrir espaço para os silêncios, não é calar-se, é dialogar. É abrir mão de sustentar que o que digo é a única verdade. Hospedar a alteridade é perceber os significados construídos pelo outro numa relação dialógica de construção de sentidos (e de identidades). É conhecer (e reconhecer) a diferença como essencial no processo de interação do qual resultam as identidades de cada um.

Penso que a necessidade de reorganizar os parâmetros da sexualidade, para que a homossexualidade permaneça no espaço da anormalidade (ou seja, à margem da organização das relações sociais) parte de um incômodo, de uma ameaça diante a proximidade daquele considerado anormal, o que pode suscitar nos sujeitos heterossexuais, (auto)reconhecidos como normais, receios de que a proximidade com o homossexual (e com a homossexualidade) possa ameaçar sua heterossexualidade, ou seja, sua normalidade. Então passam a criar situações que distanciem os homossexuais da realidade de sua condição de vida e que explicitem a impossibilidade de que convivam de acordo com as mesmas leis, o mesmo espaço, os mesmos direitos que eles. É o que acontece, por exemplo com a questão do projeto de lei que visa regulamentar a união civil entre pessoas do mesmo sexo. Este projeto foi (e é até hoje) combatido porque foi interpretado

³³ Ibid., p. 89

e propagado como projeto de casamento entre homossexuais, um direito até então exclusivamente dos heterossexuais. Deixar o homossexual casar seria permitir que ele estivesse mais próximo da heterossexualidade e, assim, dissolver um elemento diferenciador, assim como foram dissolvidos a monogamia e a reprodutibilidade como elementos diferenciadores entre homossexualidade e heterossexualidade. Houve momentos, na história da sexualidade, em que a normalidade era determinada pelos relacionamentos monogâmicos entre pessoas do sexo oposto, com a finalidade de reprodução. Quando os casais heterossexuais optaram por não ter filhos, esse critério não mais servia para distingui-los dos homossexuais.

Quando os princípios de classificação já não são tão nítidos, e os sujeitos considerados anormais se aproximam daqueles definidos como normais, ao invés de acolhê-los, o que se tem feito é re-estabelecer outros princípios que garantam a permanência do diferente na anormalidade (e na marginalidade).

Essa reorganização das classificações não se dá apenas no plano de instituições como a da união civil. Um outro tipo de classificação, mais fundamental porque pode dar suporte signíco à exclusão, é aquela que institui a separação com base no próprio corpo (tanto no modo de compô-lo como no modo de lhe impor um comportamento).

O estabelecimento de estereotípias corporais e comportamentais como forma de identificar sujeitos da sexualidade pode se constituir, então, como novo critério de classificação, já que critérios como a reprodutibilidade e o casamento monogâmico deixaram de ser diferenciadores em dado momento histórico, mas a necessidade de manter a dicotomia normalidade/anormalidade se manteve.

A aceitabilidade do corpo é definida pela relação entre desejo e poder. Uma relação de poder que se configura a partir de uma *biopolítica*, tal como a definiu Foucault em seus estudos sobre a sexualidade. A esse respeito,

Todo lo que queda fuera de los fines previstos y previamente asignados a la sexualidad, o no existe o debe silenciarse, incluso perseguirse. Se trata entonces de pensar la sexualidad como algo destinado a un fin previsto, administrarlo como producto según reglas preestablecidas. Y se trata

*de un producto sobre el que, en la época moderna, ya no deciden libremente sólo quienes, dentro de la familia conyugal, establecen la relación original. Lo sorprendente del caso [...] es que modernamente tanto la sexualidad como la vida han pasado a ser un objeto de administración de la política.*³⁴

Trata-se, em minhas discussões, de pensar a adequação do corpo a um certo lugar na organização das relações sociais. E mais uma vez recorro a Bárcena, para afirmar que:

*Si antiguamente el soberano podía decidir sobre la vida y la muerte de sus adversarios en la medida que tenía que proteger su poder soberano de ellos, hoy este poder sobre la vida [...] se ha generalizado y se ha absorbido dentro del poder político. [...] Especialmente a partir del siglo XVII, según Foucault, ese poder sobre la vida se va desarrollando, bajo la forma primero de la concepción del cuerpo como máquina — dando así lugar a todo un cuerpo disciplinar sobre la anatomopolítica del cuerpo humano, y después bajo el formato del cuerpo-especie lo que da origen a una biopolítica de la población. En ambos casos, lo que se origina en la modernidad — y el capitalismo incrementa, protege y a su vez necesita para su expansión — es un nuevo concepto de poder y de política cuyo propósito es la gestión calculadora de la vida natural, de la ‘nuda vida’.*³⁵

Uma ordem repressiva e mascarada, ao fingir que todos são iguais, cria, perpetua e fortalece a desigualdade e sufoca a diferença, relegando-a à anormalidade.

Quando se diz que não há preconceito, é somente em relação ao corpo que não denuncia, que não incomoda. Por que o gay másculo incomoda e precisa ser classificado e diferenciado?

³⁴ BÁRCENA, 2001, p. 52

³⁵ Ibid., p. 52-53

Talvez porque mostra proximidade ao corpo heterossexual e, assim, provoca suscetibilidade do normal em relação à anormalidade.

O que fazer com aqueles que não se enquadram no que é socialmente construído como normal e se torna perturbador? Na maioria das vezes, age-se em relação a eles como se não houvesse a diferença identitária. O diferente é tratado como se fosse igual e, assim, produz-se, para aquele que é apenas diferente, a desigualdade. Como a eles não se aplicam as leis dos iguais, não lhes resta espaço na configuração traçada a partir dos parâmetros da normalidade. Assim, são excluídos. Tratar a diferença como igualdade é transformá-la em desigualdade. O movimento reivindica reconhecimento da diversidade, enquanto o discurso politicamente correto esconde a transformação do diferente em desigual.

A diferença é enriquecedora, é ela que nos identifica. A identidade é constituída a partir da relação com o outro, da diferença entre iguais. Mas a possibilidade de que o diferente seja “normalizável” (ou, próximo a nós) ameaça, e por isso ele precisa ser relegado à anormalidade, à desigualdade.

Assim, na relação de depredação e recusa do outro, ou os excluídos entram nesse jogo e são vitimizados, ou se revoltam, vivem suas próprias leis (incompatíveis com a organização das relações sociais dominantes) e são culpabilizados. Ou seja, o anormal (o homossexual) é sempre visto a partir da consciência do normal (no caso, do heterossexual).

Olhar para estas questões à luz das discussões sobre subjetividade levanta a necessidade de reconhecer a importância de distinguir desigualdade (que supõe relação hierárquica, exclusão) de diferença (que supõe a busca de uma referência identitária).

Essa possibilidade de construir sentidos na interação permite considerar a relação de poder como uma relação de subjetivação e não de assujeitamento. Ao invés de um sujeito assujeitado (sempre interpelado pelos aparelhos ideológicos de Estado, mero suporte do discurso, que nem percebe a interpelação), Foucault fala de um sujeito subjetivado (aquele que se constitui pela experiência, nos interstícios do discurso, e pelas relações de subjetividade e identidade com o outro). Segundo Fischer, para Foucault:

Os mecanismos de sujeição do indivíduo não constituiriam um momento final, um produto da exploração econômica e política, mas sim processos circularmente relacionados com outras formas de dominação, de tal forma que um ou outro desses tipos de dominação poderia prevalecer, conforme o momento histórico. [...] [...] em nossos dias atuais estaria prevalecendo aquele tipo de poder que atinge prioritariamente o cotidiano imediato das pessoas, que se ocupa de saber o que se passa nas cabeças e consciências individuais, explorando almas e segredos, produzindo verdades nas quais todos devem reconhecer-se e pelas quais são reconhecidos.³⁶

Trata-se de considerar um sujeito que é ser histórico, pois sua identidade se forma na interação com o outro num trabalho de reconstrução do passado, atualização do presente e projeção do futuro, tudo ao mesmo tempo. Para tanto, é fundamental a noção de interstício proposta por Foucault. Para ele, o modo de subjetivação pressupõe que é inseparável estar na rede, mas a rede tem furos, os interstícios, que são lugares de acontecimento, da possibilidade de mudança e de emergência da subjetividade.

Considerar a história como movimento e possibilidade de mudança na organização discursiva é sustentar a sexualidade como socialmente (e discursivamente) construída e, portanto, mutável. Caso contrário, a heterossexualidade não teria necessidade de se afirmar e reafirmar constantemente no âmbito da normalidade; não se verificaria a luta entre heterossexualidade e homossexualidade para a redefinição dos critérios de classificação, de um lado, e a reivindicação do direito à manifestação da sexualidade e ao reconhecimento da identidade, de outro. Fischer acrescenta que o olhar de Foucault,

Jamais foi benevolente ou paternalista, daquele tipo que enxerga a verticalidade das relações, a grandeza moral dos oprimidos em contraposição à perversão

³⁶ FISCHER, R. M. B. Foucault e o desejável conhecimento do sujeito. *Educação & Realidade*, Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, v. 24, n. 1, p. 43-44, jan./jun. 1999.

dos poderosos. Em suas aparentemente díspares investigações, ele sempre apontou para a idéia de que o poder existe em ato, e de ambos os lados: do lado de quem exerce o poder e do lado daquele sobre o qual o poder é exercido. Em ambos os lados há agentes, e há sempre espaço para respostas, reações, efeitos. Enfim, o poder se exerce sobre aquele que é livre.³⁷

Ao se considerar a história e a relação com o outro como possibilidades de mudança e de movimento no estabelecimento de identidades discursivas, pode-se começar a pensar em uma reorganização do discurso da sexualidade diferente daquela perpetuada até hoje na dicotomia normalidade/anormalidade.

REFLEXÕES LINGÜÍSTICO-DISCURSIVAS SOBRE A (HOMOS)SEXUALIDADE

Há poucos estudos que abordam a (homo)sexualidade a partir do âmbito lingüístico-discursivo. Em relação à (homo)sexualidade, no meio acadêmico-científico, ainda prevalecem abordagens que buscam explicações nos âmbitos médico, religioso, jurídico e, no que tange às Ciências Humanas, as pesquisas sobre o tema concentram-se em áreas como História, Sociologia e Antropologia. Tratar dessas questões a partir de uma abordagem lingüístico-discursiva (sem descartar a possibilidade de diálogo com essas outras áreas mencionadas) é uma maneira de tentar ressaltar a importância política e social do tema tanto para a configuração do movimento organizado homossexual quanto para a própria compreensão da sexualidade de maneira geral.

Proponho, dessa maneira, pensar as questões apontadas acima com preocupações que vão além de classificar indivíduos a partir de suas práticas sexuais. Para tanto, adoto a concepção de *orientação sexual*, termo que começou a ser utilizado e propagado pelo movimento organizado como forma de assumir uma postura

³⁷ Ibid., p. 44-45

frente às manifestações da sexualidade que diferisse das concepções que explicam a homossexualidade como “opção/escolha/preferência sexual”, como “determinação genética/biológica”, como “determinação sócio-histórica”, como “doença ou distúrbio” ou, ainda, como “pecado ou perversão”. Ao invés de buscar explicações para as manifestações da sexualidade, a concepção de orientação sexual trata de considerar a busca de identidade do sujeito no que se refere à sua sexualidade e as relações estabelecidas a partir daí.

Considerar questões de linguagem constitutivas da configuração da sexualidade, em especial da homossexualidade, é uma maneira de observar como o movimento da sexualidade considerada doença, perversão e pecado – inserida numa categoria excludente da prática sexual que instaura a oposição entre heterossexualidade normal e homossexualidade anormal – para a sexualidade considerada a partir da noção de orientação sexual, insere a questão em posturas de reivindicação por representatividade na sociedade, no que se refere à busca do sujeito pela identidade.

Uma discussão como esta pode ser um caminho para tentar dissolver as classificações que insistem em reforçar uma suposta oposição entre normalidade e anormalidade no que se refere à sexualidade, e que, por esse motivo, criam estigmatizações e reforçam as já existentes. A aplicação social dos resultados dirige-se no sentido de apontar a possibilidade dessa dissolução ao grupo homossexual organizado, aos meios de comunicação, aos pesquisadores que tratam da questão (sexualidade/homossexualidade) em outras áreas, e à sociedade de maneira geral, no sentido de uma melhor compreensão dessas questões a partir de uma possível reflexão (e inquietação) acerca da validade ou não de idéias cristalizadas e propagadas como se fossem a verdade sobre o tema (por exemplo, a idéia de normalidade da heterossexualidade em oposição à anormalidade da homossexualidade).

Procuro, a partir da questão da orientação sexual, recuperar o sujeito da sexualidade enquanto dotado de uma referência identitária, possível a partir do reconhecimento da diversidade muitas vezes abafada pela construção discursiva de uma heterossexualidade (auto) proclamada dominante. Para Morin,

É necessário um pensamento complexo, ou seja, um pensamento capaz de unir conceitos que se rechaçam entre si e que são suprimidos e catalogados em compartimentos fechados. Sabemos que o pensamento compartimentado ainda reina em nosso mundo. Este obedece a um paradigma que rege nosso pensamento e nossas concepções segundo os princípios de disfunção, de separação, de redução. Sobre a base desses princípios, é impossível pensar o sujeito e assim mesmo pensar as ambivalências, as incertezas e as insuficiências que há neste conceito, reconhecendo, ao mesmo tempo, seu caráter central e periférico, significativo e insignificante.³⁸

O que significa questionar os mecanismos discursivos que dicotomizaram o exercício da sexualidade.

³⁸ MORIN, E. A noção de sujeito. In: SCHNITMANN, D. F. (Org.). *Novos paradigmas, cultura e subjetividade*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. p. 55.

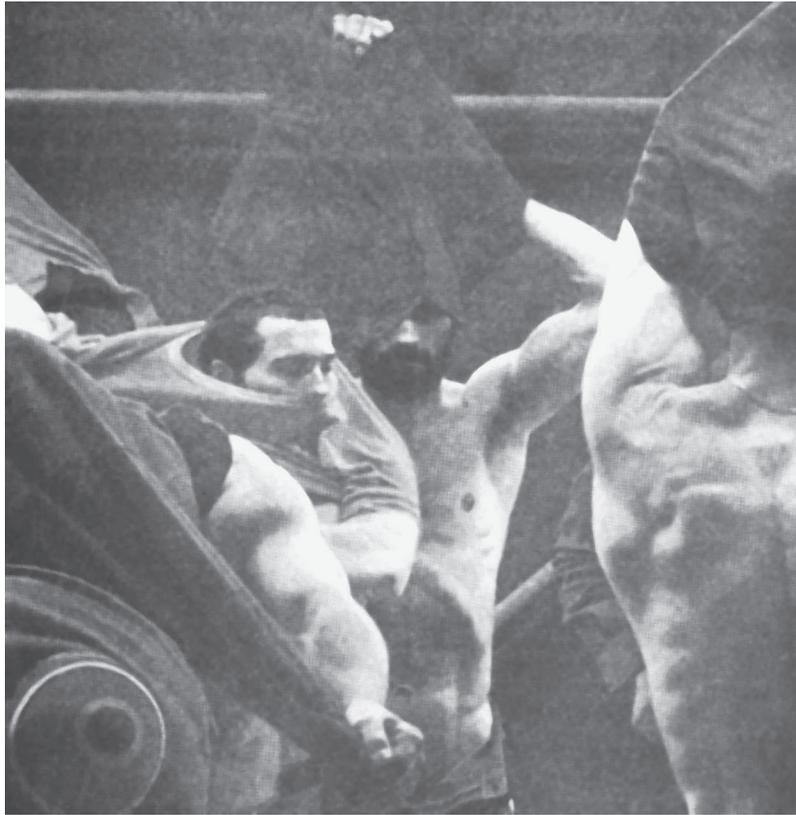
BODY, DESIRE AND POWER: IDENTITY AND SUBJECTIVITY IN THE (HOMO)EROTIC DISCOURSE

ABSTRACT

This paper intends to investigate how some ways of desire manifestation – that are “printed” in the individual body – may be linguistically designated at (homo)sexuality and (homo)erotic discourses. I assume the conception of *text* by Maingueneau (1984) to observe how the extension verbal enunciation-body/body-verbal enunciation may to be stipulating the construction of sexual (erotic) fantasy and the corporal and behavior patterns about sexuality (and erotism) exercise. So, I argue how the establishment of these patterns could be a new way of classification homosexual people. It’s about searching by the identity relate to sexuality, through recognizing the diversity, that is suffocated by the discursive construction of a predominated and normal heterosexuality. I try to show the importance of considering the homosexuality by the Linguistic (or, better, by the Discourse Analysis) point of view.

KEYWORDS

(Homo)sexual discourse; Subjectivity; Body; Power



Revista The Advocate: the nacional gay news magazine,
Los Angeles, set. 1986, p. 22.